

Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos**

A preocupação com a diversidade do funcionamento da família conjugal, sustentada na ideia de privatização dos comportamentos familiares¹, abriu caminho, desde os anos 60, para o desenvolvimento de várias abordagens que voltaram o olhar para a dinâmica interna da família. Criou-se, assim, espaço teórico para a análise dos comportamentos familiares de um ponto de vista microssociológico, por contraponto às explicações de âmbito macrosociológico fundadas na relação entre família e processo de industrialização, predominantes desde Durkheim a Parsons. Entrou-se no «lado de dentro» da vida familiar, atendendo, como refere Kellerhals, à necessidade de «tipificar os géneros de relações que nelas — as famílias — se encontram» (J. Kellerhals *et al.*, 1989, p. 21).

Se a abordagem da dinâmica interna da família tem sido feita segundo várias perspectivas, de acordo com o pluralismo paradigmático que caracteri-

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Os resultados desta pesquisa foram desenvolvidos no âmbito do projecto de investigação «Famílias no Portugal contemporâneo: momentos de transição, interacções familiares e redes sociais», realizado no quadro do ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e do CIES/ISCTE (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CRL) e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, entre 1997 e 2000. Este projecto é coordenado por Karin Wall e constituído por uma equipa de vários investigadores: Ana Nunes de Almeida, Isabel André, Maria das Dores Guerreiro, Piedade Lalanda, Sofia Aboim, Vanessa Cunha, Rodrigo Rosa e Pedro Vasconcelos.

Agradecemos à equipa de Jean Kellerhals (Universidade de Genebra), em particular ao Eric Widmer, a colaboração e os comentários críticos dos resultados.

¹ O movimento de privatização foi sobejamente descrito pelos historiadores das mentalidades (Ariès, 1973; Shorter, 1977) ao apontarem para a crescente sentimentalização da vida familiar. Com esta ideia chama-se a atenção para a maior autonomia do privado face ao público, por um lado, e para o centramento no indivíduo e na sua realização pessoal, processo histórico que alguns autores entendem como «individualização» (Elias, 1993; Beck *et al.*, 1995).

za a sociologia da família, o objectivo que as norteia é o mesmo: identificar e descrever a diversidade de funcionamento da família conjugal. Em face deste propósito, pode analisar-se a família, como propõe Roussel (1980 e 1991), a partir da dimensão simbólica dos valores e das representações sociais. Nesta óptica, a diversidade dos modelos conjugais e familiares é explicada pelos modos como os grupos ou os indivíduos interpretam as normas sociais produzidas num determinado contexto histórico. Procura-se, assim, fazer a ponte entre as grandes transformações sócio-culturais e os comportamentos familiares, acentuando o carácter historicamente situado dos modelos familiares, como apontaram os historiadores das mentalidades (Ariès, 1973; Shorter, 1977). Focalizando, enquanto temas centrais, a questão dos sentimentos, o papel da instituição matrimonial, as finalidades da família e mesmo a própria centralidade das relações conjugais e parentais para os indivíduos, os modelos propostos por Roussel têm como fundamento os sucessivos movimentos de transformação das relações privadas, surgindo a evolução histórica da vida familiar descrita através da passagem gradual de um modelo de «família instituição» para modelos mais modernos: o de aliança, o de fusão e, mais recentemente, o de associação. As «famílias instituição» caracterizam-se por finalidades de sobrevivência e pela subordinação total à instituição matrimonial; as «famílias aliança», ainda fortemente institucionalizadas, são já caracterizadas pelo amor romântico como princípio da união; nas «famílias fusão» sobressai igualmente o amor romântico, mas no quadro de uma recusa da instituição tradicional e da afirmação da igualdade entre os cônjuges; finalmente, as «famílias associação» simbolizam o triunfo do individualismo sobre o nós conjugal.

Outra perspectiva que desempenhou um papel importante neste esforço de captar o «lado de dentro» da dinâmica conjugal e familiar, revelando-se prolífica na construção de conceitos e de metodologias de análise, é a do interaccionismo. Herdeira da terapia familiar norte-americana, o desenvolvimento desta linha de investigação ligou-se ao trabalho de Burgess, Locke e Thomas (1945), que definiram a família companheirista, por contraponto à família instituição, enquanto centrada nas relações privadas entre os indivíduos, de Berger e Kellner (1975), que apontaram a importância da produção de sentido no casamento e na família, e ainda de vários outros que, nos anos 70 e 80, criaram modelos de análise e tipologias de funcionamento familiar (nomeadamente D. Olson e H. I. McCubbin, 1983, D. Reiss, 1981, e D. Kantor e W. Lehr, 1975). Ao dotarem a família conjugal de uma dinâmica interna com propriedades específicas, mais ou menos sustentadoras da explicação dos comportamentos privados, as abordagens interaccionistas pressupõem a relativa independência da família face aos contextos sociais, pois esta é, como qualquer pequeno grupo, dotada de processos de funcionamento transclassistas próprios a todo o sistema de acção colectiva. Fiéis a este princípio, as tipologias de matriz interaccionista fundam-se sobre eixos essenciais da dinâmica de grupo, como a coesão interna, a integração no

exterior ou a regulação dos conflitos, apresentando como mais-valia heurística a capacidade de análise de sectores particulares dos comportamentos familiares (Roussel, 1986).

É nesta linha, embora não descurando a articulação com os contextos sociais, que Kellerhals *et al.* (1982, 1987 e 2000) vão trabalhar sobre as interacções familiares, distinguindo quatro principais tipos de funcionamento familiar², ou que Kaufmann (1992) analisa a construção de hábitos na vida conjugal, ambos olhando para o casal ou a família como produtos das relações entre os seus protagonistas. Singly (1993) acentua precisamente esse carácter relacional da família contemporânea, princípio patente também no trabalho de Torres (2000) sobre as formas de conjugalidade em Portugal.

Se a abordagem interaccionista contribuiu para o desenvolvimento de instrumentos de análise da dinâmica interna da vida familiar, as análises da família a partir do seu lugar na organização social permitiram relativizar a ideia de uma privatização total dos comportamentos, lembrando que as famílias também são de «classe» (Bertaux, 1978) e que na interacção se jogam recursos que dependem do lugar (de classe, de género) que se ocupa na estrutura social (Giddens, 1993).

Entrar na vida privada fazendo a articulação entre família e organização social constitui, assim, outra forma importante de abordar o funcionamento familiar. Neste sentido vai a proposta de Menahem (1985), que, privilegiando a organização económica da família, pois a cada sistema de produção corresponde um modo de reprodução específico, ou seja, um dado tipo de família, procura identificar o tipo de laço social que une os membros da família. Outro contributo relevante é o dos *women studies* que, ao conceptualizarem o género enquanto factor inerente aos processos familiares, desconstruíram a separação artificial entre produção e reprodução ou entre instrumental e expressivo (Michel, 1977 e 1978; Tilly e Scott, 1978; AAVV, 1984; Oppenheimer, 1977)³. É nesta linha que A. Michel (1977) propõe a distinção entre *famílias tradicionais*, fortemente estruturadas por papéis de género diferenciados, e *famílias modernas*, mais iguais no que toca à divisão do trabalho.

Vários autores têm, entretanto, articulado classe e género ao vincularem os comportamentos familiares às posições sociais dos seus protagonistas. Bertaux (1978) mostrou que a diferentes lugares na estrutura social correspondem

² As famílias *bastião*, caracterizadas por coesão fusional, regulação normativa e fechamento ao exterior; as famílias *companheirismo*, caracterizadas por coesão fusional, regulação comunicacional e abertura ao exterior; as famílias *paralelas*, caracterizadas por coesão por autonomia, regulação normativa e fechamento ao exterior; as famílias *associação*, caracterizadas por coesão por autonomia, regulação comunicacional e abertura ao exterior.

³ É de salientar a importância da reflexão feita sobre o trabalho doméstico (D. Chabaud-Rychter *et al.*, 1985; B. Zarca, 1990; Glaude e Singly, 1976; Chadeau e Fouquet, 1981; Chaudron, 1992; André, 1993). Pensá-lo enquanto parte integrante do trabalho de produção económica, integrando-o na reflexão sociológica sobre a divisão do trabalho, permitiu visionar o «lado de dentro da vida familiar» como espaço de produção e de distribuição de certos recursos.

diferentes tipos de produção doméstica. Kellerhals e equipa (1982) demonstraram também, empiricamente, que a adesão a uma norma de igualdade conjugal, por oposição a uma concepção diferenciada dos papéis conjugais de género, é explicada pelas alternativas profissionais, económicas, culturais, de que os cônjuges podem dispor, consoante a sua posição sócio-profissional.

As várias maneiras de olhar para a família têm, contudo, pontos comuns. De ângulos diferentes, dando maior peso a factores de ordem económica, social, cultural ou interaccional, procuram investigar as principais características da dinâmica interna das famílias. Por exemplo, todas as perspectivas que referimos procuram tornar inteligível a natureza do laço social que une a família (a coesão interna), muito embora o façam a partir de diferentes dimensões (o trabalho, os gostos, os recursos financeiros...), de diferentes níveis de análise (as práticas, as representações) e de diferentes quadros explicativos da acção. Uma leitura integrada dos vários contributos sociológicos para a abordagem da vida familiar certifica, assim, a necessidade de juntar vários enfoques e dimensões de análise a fim de melhor aferir uma realidade tão pluridimensional como a família.

Ao elegermos como objecto o «lado de dentro» da vida familiar, inquirindo sobre a diversidade das formas de funcionamento da família conjugal na sociedade portuguesa contemporânea, tentamos combinar vários olhares. Partindo dos conceitos de coesão e de integração, desenvolvidos no âmbito da perspectiva interaccionista, procuramos articular as interacções às posições sociais dos membros da família, observando, por um lado, as relações de género no casal e, por outro, os contextos sócio-económicos de existência. Procuramos ainda caracterizar o funcionamento interno da família investigando tanto as práticas como as representações em vários sectores da vida familiar: o trabalho doméstico e profissional, os lazeres, as conversas, o dinheiro, os gostos, os convívios com amigos e familiares.

A opção de analisar não só as representações, mas também as práticas da vida familiar, é consequente com a ideia de rotinização da vida quotidiana⁴, que nos apresenta o sentido da vida familiar como um produto da interacção social. Observar as práticas rotineiras em áreas-chave do quotidiano, como o trabalho doméstico, os lazeres e as conversas, permite-nos, por um lado, destringir entre o lado instrumental e o lado expressivo da vida familiar, apreendendo a complementaridade entre ambos nas rotinas do dia a dia, e, por outro, fazer a articulação entre família e género num quadro de análise

⁴ Ideia central para a teoria da estruturação de Anthony Giddens (1993), que o autor vai buscar ao interaccionismo simbólico, designadamente ao trabalho de Erving Goffman. A rotinização é, segundo Giddens, um dos conceitos fundamentais a ligar a análise institucional à interacção dos actores em situações de co-presença. Aliás, também para Bourdieu (1987), a prática não deve ser pensada como a simples execução de normas conformes a um determinado modelo de realidade. Deve, pelo contrário, colocar-se a tónica no princípio real das estratégias, o que pressupõe um trabalho de invenção constante por parte dos indivíduos, que, sem ser cálculo consciente e racional, também não é obediência mecânica à regra explícita e codificada.

que junta à esfera da produção doméstica áreas menos habituais — as práticas de lazer e a conversação — nas pesquisas sobre as divisões de género. Com efeito, esta dimensão não pode ser alheada da forma de coesão, pois a fusão ou a autonomia não se produzem à margem das relações de género, ou não fosse a família um lugar primordial de incorporação e de reprodução das diferenças entre homens e mulheres (Bourdieu, 1990).

Analisamos a família a partir de dados de um inquérito, realizado em 1999, a 1776 mulheres portuguesas entre os 25 e os 49 anos a viverem actualmente em conjugalidade (que pode ser a primeira ou outra e que pode estar ou não formalizada pelo laço matrimonial) e com pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos. Trata-se, assim, de uma população de «casais com filhos» que se encontram no momento actual a viver com pelo menos um filho em idade escolar. A amostra, cuja construção ficou a cargo do Instituto Nacional de Estatística (INE), é representativa, ao nível do continente, das famílias com as características referidas. Note-se, finalmente, que a opção de entrevistar apenas a mulher dá saliência a uma perspectiva feminina da vida familiar: é sempre a mulher que fala do casal e da família⁵.

CLASSIFICAR AS FAMÍLIAS: DIMENSÕES DE ANÁLISE E INDICADORES

Entramos no domínio das interações em função de dois conceitos-chave, aliás presentes na maioria das tipologias familiares: a coesão interna e a integração externa.

A coesão refere-se à natureza do laço social que une internamente os membros da família, laço que pode assentar em relações e normas familiares mais centradas na fusão ou na autonomia. A coesão pode ser observada sob várias perspectivas: através do acento na semelhança ou na diferença entre os membros do casal (nos gostos, nas ideias, etc.); através do montante de recursos, actividades e decisões que são colocados sob o controle do nós-casal em detrimento da autonomia individual; ou ainda através das práticas, tratando-se aqui de ver em que medida se está junto e se fazem determinadas tarefas e actividades em conjunto (fusão) ou, pelo contrário, se está separado e se têm práticas levadas a cabo individualmente (autonomia).

Por seu lado, o grau de integração externa visa medir a abertura ou o fechamento do grupo. No primeiro caso, a família manifesta um alto nível de integração no mundo exterior, enquanto no segundo adopta uma atitude de fechamento. Se se centrar a análise ao nível das atitudes, focar-se-á a percepção do mundo social, a visão do lugar a ocupar na sociedade, ou ainda a

⁵ Para uma análise pormenorizada do inquérito realizado e das características da amostra, cf. Wall (coord.). (2000), *Famílias no Portugal Contemporâneo. Relatório Final*, CIES/ISCTE e ICS, e o livro *Famílias no Portugal Contemporâneo*, no prelo.

permeabilidade a informações vindas do exterior (por exemplo, o recurso a informação especializada: médica, sobre educação, etc.). Se se privilegiar uma abordagem ao nível das práticas, poderão utilizar-se indicadores sobre hábitos de consumo cultural (leitura de jornais, práticas culturais...) ou aferir-se o contacto directo com o mundo exterior e as sociabilidades com outras pessoas. As percepções, os interesses e os consumos de informação têm sido, aliás, os indicadores normalmente privilegiados pelos sociólogos da família na classificação do grau de abertura ou de fechamento ao exterior (Kantor e Lehr, 1975; Reiss, 1981; Kellerhals *et al.*, 1982 e 2000), ao passo que o universo das práticas de lazer e de sociabilidade tem convocado menos atenção⁶.

Relembradas as definições gerais dos conceitos, resta-nos explicitar brevemente a operacionalização que deles fizemos, reunindo um conjunto diversificado de indicadores, que se encontram sintetizados no quadro n.º 1.

Perceber a natureza do laço que une internamente a família (a coesão) levou-nos a olhar para a família conjugal sob várias vertentes. Em primeiro lugar, abordámos a coesão interna através das *práticas de coesão*, procurando saber «quem faz o quê, com quem?» em três domínios do quotidiano (o trabalho doméstico, as actividades fora de casa e as conversas). Esta análise permite-nos identificar os subgrupos de interacção existentes dentro do grupo familiar nuclear (o indivíduo, o casal, o casal e os filhos, a mãe e os filhos, o pai e os filhos...) e saber se no quotidiano predominam práticas fusionais (centradas no nós-casal, no nós-família), práticas marcadas pela autonomia, onde o «nós» tem fraca expressão, ou ainda práticas de coesão polivalentes, em que fusão e separação aparecem combinadas.

Uma segunda dimensão de análise da coesão interna fundamenta-se nas *divisões conjugais do trabalho e dos lazeres*, chamando à análise a questão da igualdade de género na conjugalidade. Assim, num extremo podemos ter casais caracterizados por um modelo de indiferenciação, predominando a partilha conjugal das tarefas domésticas, a dupla profissão e um equilíbrio na construção da autonomia individual em matéria de actividades e lazeres, enquanto noutro extremo podemos ter um modelo de diferenciação de tarefas e de actividades. Do ponto de vista do trabalho, a diferenciação de papéis no casal pode traduzir-se tanto no modelo de ganha-pão masculino como no modelo em que ambos têm profissão e a mulher se encarrega das tarefas domésticas. A diferenciação pode estar também presente em formas diversas de construir eventuais espaços de autonomia nas práticas de lazer — por exemplo, uma forte autonomia masculina pode associar-se a uma fraca individualização de actividades e lazeres no feminino.

⁶No entanto, com algumas excepções. A integração externa das famílias é analisada ao nível das práticas, por exemplo, por J. Coenen-Huther (1991), que classifica a abertura ou fechamento das famílias a partir do indicador «recepção de visitas».

Indicadores utilizados na classificação dos tipos de interacção

[QUADRO N.º 1]

Conceito	Dimensões	Indicadores	Modalidades
Coesão	Práticas de coesão na família.	Práticas rotineiras em três áreas: Tarefas domésticas. Actividades/lazeres fora de casa. Conversas.	Práticas separadas. Práticas fusionais. Práticas polivalentes.
	Papéis de género no casal:	Tipo de divisão conjugal das tarefas domésticas.	Trabalho feminino. Delegação das tarefas. Partilha conjugal.
	Na divisão do trabalho doméstico e profissional.	Condição do casal face ao trabalho profissional.	Profissão masculina. Profissão feminina. Profissão dupla (ambos trabalham).
	No tipo de autonomia individual.	Actividades/lazeres feitos em separado pelos cônjuges.	Autonomia masculina. Autonomia feminina. Autonomia equilibrada. (masculina e feminina).
	Regra de coesão conjugal	Tipo de coesão procurada na organização do dinheiro. Tipo de coesão procurada na relação a dois (amigos, gostos, tempos livres).	Fusão. Autonomia relativa. Autonomia.
Integração externa.	Diversidade das actividades/lazeres da família.	Volume de actividades no exterior da casa.	Abertura nula. Abertura fraca. Abertura média. Abertura forte.
	Diversidade das sociabilidades da família.	Volume de saídas com outras pessoas (amigos, familiares, vizinhos).	

Por último, através de uma terceira dimensão de análise da coesão tentamos perceber se se procuram colocar sob o controle do nós-casal alguns recursos essenciais (o dinheiro, os gostos, o tempo livre e os amigos), procedimento que nos permite identificar a existência de um direccionamento explícito (uma *intenção*) para a autonomia ou para a fusão. A *regra de coesão conjugal* pressupõe, assim, o acentuar ou o esbater da individualidade face ao «nós», o acentuar de uma estratégia de preservação ou de erosão de «recursos» pessoais. Trata-se aqui da autonomia ou da fusão como «construção nómica» explícita, podendo esta alinhar, ou não, com práticas conjugais/familiares mais fusionais ou mais autónomas.

Finalmente, com o conceito de integração externa queríamos aferir se a família tem contactos com o exterior, que tipo de actividades predomina na

vida familiar (ir ao café, ao cinema, participar em actividades políticas ou religiosas...) e também se se convive com outras pessoas (amigos, familiares, vizinhos). São, assim, dois os indicadores de integração externa: a *diversidade de actividades e lazeres da família* e a *diversidade de sociabilidades com outras pessoas*. Deixámos de lado a análise da abertura ou fechamento em termos de permeabilidade às informações do exterior ou de percepção aberta ou desconfiada do mundo social. Aqui abertura significa sair de casa para fazer qualquer coisa, a sós, em casal, em família, com ou sem outras pessoas.

Nas secções seguintes faremos, num primeiro momento, uma breve exposição dos resultados obtidos, apresentando uma tipologia das diferentes formas de interacção. Em seguida, iremos ver como se articulam interacções e orientações normativas. Num terceiro momento faz-se a ligação entre tipos de família e contextos sociais.

AS INTERACÇÕES

COESÃO E INTEGRAÇÃO

Explicitadas as dimensões e os indicadores a partir dos quais fazemos o retrato das interacções familiares, vejamos, em síntese, como se caracterizam a coesão interna e a integração externa nas famílias pesquisadas (quadros n.^{os} 2 e 3).

Práticas de coesão, regra de coesão e divisões de género
(n=1776)

[QUADRO N.º 2]

Práticas de coesão	Regra de coesão		Divisões de género				
			Divisão do trabalho	Tipo de autonomia pessoal			
Separação forte	8,0	Fusão	61,0	Dupla profissão e trabalho feminino	37,7	Masculina individual	25,6
Separação atenuada	26,4	relativa	30,2	Dupla profissão e partilha conjunta	27,9	Feminina maternal	21,2
Fusão expressiva	18,9	Autonomia	8,8	Dupla profissão e delegação	9,6	Masculina individual, feminina maternal	8,1
Fusão	10,3			Profissão masculina e trabalho feminino	18,6	Equilibrada	12,2
Polivalente expressivo	16,8			Profissão masculina e partilha conjunta	5,8	Não há	32,9
Polivalente	19,6			Profissão feminina e trabalho feminino	3,5		
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Como referimos, o primeiro indicador de coesão pretende identificar, através das rotinas familiares (de trabalho doméstico, de lazer, de conversa), as práticas de coesão predominantes no interior da família nuclear (casal e filhos). Se práticas mais fusionais (centradas no «nós-casal», no «nós-família») ou mais autónomas (centradas no indivíduo, nos subgrupos mãe/filhos ou pai/filhos).

Uma classificação das formas de coesão das famílias em função dos seus principais subgrupos (ou seja, de quem faz o quê com quem) mostra-nos rotinas bastante diversificadas em matéria de trabalho doméstico, lazeres e conversas. De um lado, a coesão por «separação forte» (8,0%) caracteriza-se primordialmente pela ausência de práticas feitas em conjunto pelo casal ou pela família, predominando sobretudo actividades feitas individualmente por cada um dos cônjuges. Encontramos depois, em cerca de um quarto dos casais, a coesão por «separação atenuada», também fortemente marcada pela ausência do «nós-casal», mas com algumas actividades de lazer realizadas em família. Esta forma de coesão parece ser, em certa medida, o desenvolvimento da primeira em direcção a uma lógica um pouco mais fusional. Também representando cerca de um terço das famílias, a predominância de práticas fusionais (protagonizadas pelo casal ou pela família nuclear) pode ser uma «fusão expressiva» (18,9%), evidenciando um «nós-família» construído em torno das actividades lúdicas e das conversas, ou uma «fusão instrumental e expressiva» (10,3%), semelhante à anterior, mas alargando-se a fusão igualmente às rotinas mais instrumentais (as tarefas domésticas). Finalmente, num outro terço dos casos, encontramos ainda formas de coesão que intitulámos de polivalentes, uma vez que combinam práticas separadas e fusionais de forma equilibrada: a coesão «polivalente expressiva» (16,8%), em que as actividades fora de casa são tanto individuais como realizadas em casal e em família nuclear e o diálogo é intenso e variado, e a coesão «polivalente expressiva e instrumental» (19,6%), semelhante à anterior, mas alargada à esfera da produção doméstica. Acrescente-se que as primeiras famílias têm uma coesão polivalente mais conjugalista, enquanto as segundas são mais familiaristas. Em qualquer dos casos, a diversidade das práticas, combinando o estar junto e o estar separado, é o traço central que deve ser salientado.

Estes diferentes formatos (separados, fusionais, polivalentes) das práticas familiares de coesão comportam, como é evidente, divisões de género que podem caracterizar-se pela forte diferenciação dos papéis conjugais ou por uma maior indiferenciação, tanto em matéria de trabalho (doméstico e profissional) como de construção de espaços de autonomia pessoal através de actividades realizadas individualmente.

Relativamente ao trabalho, os resultados anunciam a força da diferenciação sexual no casal. Com efeito, o modelo de «dupla profissão e trabalho doméstico feminino»⁷ abrange cerca de 38% dos casos, evidenciando o peso da

⁷ Por trabalho doméstico feminino entendem-se situações em que a mulher faz sozinha pelo menos 5 em 7 tarefas domésticas; a partilha conjunta diz respeito a situações em que

dupla jornada de trabalho das mulheres no mundo profissional e doméstico. Assinale-se ainda que o dito modelo tradicional (a família tipicamente parsoniana), em que o homem assume o papel de ganha-pão e a mulher o papel doméstico, surge em 18,6% das famílias pesquisadas, o que comprova a existência de formas mais tradicionais de dividir o trabalho. Contudo, ainda que os modelos de diferenciação sejam majoritários, encontramos cerca de um terço de casais que pende para uma maior indiferenciação, seja porque o homem participa activamente nas lides caseiras, seja porque a profissionalização feminina é acompanhada do recurso ao trabalho pago de uma empregada doméstica, libertando a mulher (e também o homem) de uma parte considerável de trabalho.

A construção da autonomia pessoal através das actividades fora de casa acrescenta mais alguns elementos ao cenário composto pelas formas de divisão conjugal do trabalho, afirmando-se também aí a tendência para a desigualdade. Um quarto dos casais comporta uma autonomia construída apenas no masculino, uma vez que as mulheres não referem quaisquer actividades realizadas sem a companhia do cônjuge. Se é certo que o modelo oposto, ou seja, a autonomia estritamente feminina, abrange um pouco mais de um quinto dos casos pesquisados, reequilibrando um pouco a balança da desigualdade, pelo menos em termos de tendências globais, é igualmente verdade que, quando as práticas são femininas, são sempre mais maternais do que individuais (isto é, realizadas em conjunto com os filhos). O terceiro modelo é configurado pela simultaneidade de práticas separadas femininas e masculinas, mas, enquanto o homem sai quase sempre a sós, a mulher fá-lo sobretudo na companhia dos filhos, assim permanecendo «dentro da família» na sua qualidade de mãe. Finalmente, em pouco mais de um décimo de casais encontramos um maior equilíbrio entre as práticas autónomas femininas e masculinas, pois quer a mulher, quer o homem têm tanto actividades a sós como na companhia dos filhos. Em suma, embora minoritário, este modelo de divisão conjugal das actividades realizadas em paralelo pelos cônjuges retrata uma situação mais igualitária e mais plural do ponto de vista da dinâmica interna do casal.

Se, em matéria de coesão interna, a análise das práticas nos revela a existência de quotidianos mais ou menos fusionais, separados ou polivalentes e também sexualmente mais ou menos diferenciados, que intenções acompanham essas práticas? Quer-se colocar dinheiro, amigos, gostos e tempos livres sob o controle do nós-casal, privilegiando uma regra fusional, ou guardar antes determinadas coisas só para si numa procura de autonomia individual?

o casal partilha 3 ou mais tarefas domésticas, com ou sem a ajuda dos filhos; a delegação refere-se, finalmente, a situações em que se faz recurso aos serviços de uma empregada que realiza uma parte considerável das tarefas ou a situações em que essas tarefas são feitas por familiares residentes (que representam apenas 3% dos casos), libertando a mulher (e também o homem) de tais incumbências.

Com efeito, do ponto de vista das intenções, a fusão é a regra maioritária (61,0% de casos): quer-se uma bolsa comum⁸ e deseja-se a partilha de todos os momentos, gostos e amigos com o cônjuge. Há, contudo, cerca de 40% de casos em que existe alguma forma explícita de autonomia. Se apenas 9% dos casais privilegiam a autonomia tanto ao nível do dinheiro como dos lazeres, gostos e amigos, já cerca de um terço tem uma regra de autonomia relativa, ou seja, combina a autonomia com a fusão⁹. A postura direccionada para a autonomia é assim visível na realidade portuguesa, muito embora as lógicas fusionais sejam predominantes.

Por último, resta-nos saber como se integram as famílias no exterior, ou seja, qual o volume das saídas e dos convívios com familiares, amigos, vizinhos¹⁰.

Integração externa
(n=1776)

[QUADRO N.º 3]

Fechamento	17,3
Abertura fraca	39,3
Abertura média	25,0
Abertura forte	18,4
Total	100,0

O «fechamento» abarca 17,3% das famílias, caracterizando-se pela ausência de convívios e por muito poucas actividades fora de casa (3 actividades no máximo): a ida ao café ou à missa restringe, na maioria dos casos, o universo de saídas dos membros da família. A «abertura fraca» é a forma mais expressiva de integração externa, chegando quase aos 40% as famílias que aí são classificadas. Aqui têm-se 4 ou 5 actividades feitas com muita ou alguma frequência,

⁸ Ou seja, tem-se tentado «ter o dinheiro num bolo comum e os dois irem tirando para o que é preciso».

⁹ Quando existe autonomia relativa, a regra de separação ao nível dos lazeres, gostos e amigos (17,9%) é mais expressiva do que a separação em matéria de dinheiro (12,3%). O «cimento» fusional tem maior peso no que toca aos aspectos financeiros da vida a dois, sendo a esfera lúdica mais permeável a lógicas de construção da autonomia pessoal face ao nós-casal.

¹⁰ No que respeita às perguntas sobre as saídas de casa, o questionário comportava, no total, 37 possibilidades de resposta, ou seja, era possível, para cada família, identificar 37 saídas diferentes, com ou sem outras pessoas. Para cada uma das 11 actividades indagadas (ir ao café, ir ao cinema, ir a exposições ou museus, ir a espectáculos desportivos, ir ao restaurante, comer em casa de alguém, dormir em casa de alguém, passear, fazer desporto, participar em actividades religiosas, participar em actividades políticas ou sindicais) havia, pelo menos, 3 possibilidades de resposta, de forma a captar toda a eventual diversidade de «arranjos» familiares relativamente às saídas. Por exemplo, ir ao café sozinha, ir ao café com o marido, ir ao café com o filho... Considerámos, por forma a captar o carácter rotineiro das práticas, apenas as actividades realizadas com muita ou alguma frequência.

das quais cerca de duas são realizadas em companhia de outras pessoas, números ainda significativamente abaixo dos resultados globais da amostra — a saber, 6 a 7 actividades, das quais 3 são convívios com familiares, amigos ou vizinhos. Concluimos, assim, que mais de metade das famílias pesquisadas (56,6%) pendem para o fechamento. Em contraposição, pendendo agora para o pólo oposto, a «abertura média» compreende situações em que a família tem 7 a 9 actividades e 3 a 6 convívios, enquanto a «abertura forte» acentua a realização de actividades e a participação em sociabilidades: a família tem sempre mais de 9 actividades e mais de 6 convívios. Em suma, a tendência para a abertura fica, nas famílias portuguesas com filhos, aquém do fechamento.

UMA TIPOLOGIA DAS INTERACÇÕES NA FAMÍLIA

As diferentes combinações entre os vários indicadores (as práticas de coesão, as divisões de género, a regra de coesão e as formas de integração externa) permitiram-nos identificar seis tipos de dinâmicas de interacção (quadro n.º 4)¹¹.

Uma primeira forma de interacção é vincadamente «paralela» tanto ao nível das práticas como das intenções. De facto, 14,8% das famílias caracterizam-se por práticas de coesão de recorte separado, predominando, nas rotinas domésticas, de lazer e de diálogo, a separação, em detrimento da fusão. A dinâmica não fusional é reafirmada igualmente ao nível das intenções, pois é procurada a autonomia ou a autonomia relativa no que respeita ao dinheiro e aos lazeres, gostos e amigos. A autonomia está, aliás, bastante sobre-representada face à média (mais 18,0%). Esta dinâmica é, contudo, produzida num contexto de diferenciação de género no casal tanto em termos de trabalho como de divisão de actividades e lazeres. É patente uma sobre-representação significativa das modalidades caracterizadas pela desigualdade entre os cônjuges no que respeita à divisão do trabalho: a «dupla profissão e trabalho feminino», a «profissão exclusivamente masculina e trabalho feminino» e a «profissão exclusivamente feminina e trabalho doméstico feminino». A diferenciação de papéis conjugais é ainda bem visível em matéria de lazeres, pois

¹¹ Num primeiro momento de análise construímos vários índices de coesão (de práticas paralelas, fusionais e polivalentes, de «intenções» fusionais e autónomas, de igualdade no trabalho e nas actividades) e índices de integração (de saídas, de convívios) por forma a tornar contínuas as variáveis em análise. Foi-nos, assim, possível proceder a uma análise factorial (*principal axis factoring*) seguida de uma análise de *clusters* sobre os *scores* dos factores obtidos. A análise de *clusters* foi feita em dois passos: efectuámos primeiro uma análise de *clusters* hierárquica, utilizando o método Ward, e em seguida utilizámos o procedimento de classificação *quick cluster*, que permite otimizar a classificação dos sujeitos obtida através do *cluster* hierárquico. Este tipo de análise estatística é consentâneo com a postura metodológica que guiou a investigação: a de dar alguma margem de liberdade à leitura da realidade empírica, não limitando à partida o número de perfis que iríamos descobrir. Procurámos, na verdade, fazer a ponte entre uma abordagem necessariamente dedutiva, presente na construção de grelhas de análise, e uma abordagem indutiva, sinónimo de abertura a novas combinações entre categorias de resposta.

Tipos de interacção
(n=1776)

[QUADRO N.º 4]

	Todas as famílias	Paralelo	Paralelo familiar	Bastião	Fusão aberta	Confluente	Associativo
	14,8	21,7	19,7	16,3	12,4	15,1	
Práticas de coesão (cc = ,76) (a)							
Separação forte	8,0	41,8	4,5	4,9	0,0	0,0	0,0
Separação atenuada	26,4	37,5	75,1	6,3	4,1	5,4	14,2
Fusão expressiva	18,9	6,4	0,8	63,5	19,0	1,4	13,0
Fusão	10,3	1,5	0,0	10,9	41,7	0,0	6,7
Polivalente expressivo	16,8	6,0	9,9	5,5	22,1	18,2	44,8
Polivalente	19,6	6,8	9,7	8,9	13,1	75,0	21,3
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Regra de coesão (cc = ,59)							
Fusão	61,0	12,8	85,2	85,8	85,5	75,3	2,6
Autonomia relativa	30,2	60,3	14,0	13,0	13,8	22,4	70,5
Autonomia	8,8	26,8	0,8	1,2	0,7	2,3	26,9
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Divisão do trabalho (cc = ,50)							
Dupla profissão e trabalho feminino	37,7	50,4	47,0	46,4	25,9	11,6	35,6
Dupla profissão e partilha conjunta	24,9	9,8	8,1	15,4	40,4	62,9	26,4
Dupla profissão e delegação	9,6	6,4	8,1	5,4	8,2	3,3	27,2
Profissão masculina e trabalho feminino	18,6	21,8	30,3	25,3	11,3	8,6	6,4
Profissão masculina e partilha conjunta	5,8	2,6	2,4	4,5	13,5	12,2	1,2
Profissão feminina e trabalho feminino	3,5	9,0	4,1	3,0	0,7	1,4	3,2
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de autonomia pessoal (cc = ,59)							
Masculina individual	25,6	30,8	54,0	7,1	6,9	38,2	13,8
Feminina maternal	21,2	26,2	17,9	10,3	21,4	21,8	34,3
Masculina individual, feminina maternal	8,1	10,3	9,4	1,4	4,1	10,9	14,9
Equilibrada	12,2	10,6	15,8	0,9	6,6	27,3	17,2
Não há	32,9	22,1	2,9	80,3	61,0	1,8	19,8
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Integração externa (cc = ,59)							
Fechamento	17,3	31,6	9,4	44,6	5,2	2,3	4,9
Abertura fraca	39,3	47,9	47,5	48,3	40,3	20,0	22,4
Abertura média	25,0	16,7	31,7	6,9	35,9	31,8	29,9
Abertura forte	18,4	3,8	11,4	0,3	18,6	45,9	43,3
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Os elevados valores do coeficiente de contingência (medida associada do quiquadrado) indicam o peso que as variáveis têm na definição estatística dos tipos de interacção familiar. É de notar que todos os valores são superiores a 0,50, com $p < ,000$.

a autonomia pessoal caracteriza-se por actividades individuais no masculino e por actividades maternas no feminino. Finalmente, a autonomia sexualmente diferenciada que caracteriza a coesão interna vai associar-se a uma dinâmica de fechamento, uma vez que cerca de 80,0% destas famílias são fechadas ou manifestam somente uma abertura fraca ao exterior. Este tipo tem, assim, alguma semelhança com as famílias paralelas propostas por Kellerhals *et al.* (1987 e 2000), também definidas por autonomia e fechamento.

A autonomia paralela encarna, por conseguinte, mais uma divisão tradicional das tarefas, actividades e competências de género do que a divisão paritária e baseada na independência que normalmente se atribui aos casais associativos (Roussel, 1980 e 1991). Todavia, ao consolidar-se por separação conjugal das práticas quotidianas, esta forma de conjugalidade não deixa de comportar maneiras práticas de construir a autonomia face à presença do «nós-casal». Aliás, os casamentos fortemente institucionais das sociedades mais tradicionais¹², também amiudadamente trespassados pela separação das práticas diárias, não deixavam de dar aos indivíduos alguma margem de autonomia, apesar de ser uma autonomia fabricada através da diferença entre homens e mulheres. Devemos, assim, fazer a distinção essencial entre o ideal de autonomia associativa conotada com a ultramodernidade da relação conjugal e a autonomia vivida na e pela diferenciação de género.

Um segundo perfil de interacção foi identificado como «paralelo familiar», uma vez que combina, do ponto vista da coesão, práticas caracterizadas pela separação atenuada e intenções de fusão ao nível do que se pretende colocar sob o controle do nós-casal: 85,2% das mulheres dão conta desta intenção, valor claramente acima da média da amostra. Embora as rotinas sejam partilhadas quotidianamente de forma algo semelhante às das famílias paralelas, a diferença reside na regra de coesão e também nalgumas práticas familiares um pouco mais fusionais. As diferenças de género são igualmente patentes na divisão do trabalho e das actividades. Há, de facto, uma sobrerrepresentação de famílias em que a mulher não trabalha fora de casa (30,3%) ou em que assume a (quase) totalidade dos afazeres domésticos mesmo tendo uma profissão remunerada (47,0%), bem como de situações em que o homem tem práticas mais individualizadas e a mulher vive o seu espaço de autonomia quotidiana no quadro da maternidade. Aliás, nestas famílias a autonomia é muito mais masculina do que feminina. A desigualdade de género é também aqui um traço característico, trespassando claramente as maneiras de fabricar a coesão interna. Do ponto de vista da integração, temos, contudo, uma maior abertura do que no caso anterior, já que se oscila entre uma abertura fraca (47,5%) e uma abertura média (31,7%). Em suma, estas famílias são globalmente caracterizadas por rotinas separadas e de género, associadas a uma atitude fusional, e por alguma dose de abertura a actividades e a convívios.

¹² Como os casais de camponeses dos anos 40 pesquisados por K. Wall (1998) ou os casais ligados à pesca estudados por Cole (1994).

O terceiro tipo de dinâmica foi designado por «bastião». Abrangendo 19,7% de famílias, caracteriza-se, tal como o tipo proposto por Kellerhals *et al.* (1987 e 2000), por traços de fusão e de fechamento. Predomina, nas práticas rotineiras, a fusão expressiva (63,5%), fusão que encontra correspondência na intenção de colocar dinheiro, gostos, lazeres e amigos sob a égide do nós-casal (85,8%). Sem espaço para actividades e lazeres vividos em separado pelos cônjuges (dada a fusão forte), a desigualdade de género verifica-se, porém, em matéria de divisão do trabalho: encontram-se sobrerrepresentadas situações de dupla profissão e trabalho doméstico feminino (46,4%) e situações de ganha-pão masculino (25,3%). A tendência para o fechamento é igualmente um traço central, sendo de notar a elevada percentagem de famílias fechadas (44,6%). Aliás, se somarmos fechamento e abertura fraca, verificamos que 93,4% destas famílias aí se enquadram, denotando a grande escassez de saídas e de sociabilidades exteriores.

Outro tipo de dinâmica fusional — a «fusão aberta» (16,3% dos casos) — identifica logicamente o cruzamento entre uma dinâmica fusional de coesão e uma dinâmica de abertura em matéria de integração externa, assemelhando-se às famílias companheirismo assinaladas por Kellerhals e a sua equipa. Aqui as práticas de coesão são sobretudo fusionais e incluem quer o lado expressivo (lazer, conversas), quer o lado instrumental (trabalho doméstico). Daí que a partilha das tarefas domésticas seja apanágio destes casais. No plano dos papéis de género, 40,4% caracterizam-se por profissão dupla e partilha conjunta das tarefas caseiras e em 13,5% dos casos o homem participa significativamente na realização das tarefas, mesmo que a mulher não tenha uma profissão remunerada. A fusão é igualmente evidente como regra de coesão, acrescentando de sentido o perfil globalmente fusional em que a autonomia pessoal não é privilegiada. Em termos de integração, as famílias pendem para uma certa abertura, embora 40% destas tenham somente uma abertura fraca.

As dinâmicas que denominámos de «confluentes» caracterizam, por seu lado, 12,4% das famílias. Nas práticas, a coesão é polivalente expressiva e instrumental, ou seja, coexistem de modo equilibrado práticas autónomas e fusionais. Mais, a fusão respeita tanto à partilha conjugal das tarefas domésticas como à partilha conjugal dos lazeres e das conversas. Note-se também que 62,9% dos casais dividem o trabalho em forma de profissão dupla e partilha conjugal na esfera doméstica. Os modos de construção da autonomia pessoal podem, contudo, ser diferentes, acentuando, nalguns casos, o equilíbrio entre o casal, ou dando, noutros, mais campo à autonomia masculina. Tal facto não elide, ainda assim, os traços marcantes da paridade ou da pluralidade interna das práticas. A esta coesão polivalente e indiferenciada nas práticas associa-se, entretanto, uma regra de coesão fusional (embora menos do que nas famílias bastião e nas de fusão aberta). Finalmente, a integração externa faz-se por abertura forte (45,9%), modalidade claramente distanciada, para cima, da média global da amostra. O perfil confluyente desta

forma de interacção familiar refere-se, assim, à junção de traços algo polares: a autonomia e a fusão nas práticas a par da procura de fusão nas intenções, o instrumental e o expressivo, a igualdade marcada na divisão do trabalho, a diversidade de formas de construir, no masculino e no feminino, a autonomia pessoal. Este é, por assim dizer, um tipo em que características algo diversas surgem agregadas, ou seja, confluem.

Finalmente, 15,1% das famílias evidenciam uma dinâmica «associativa», designação cujo sentido se encontra próximo do das famílias associação «modernistas» propostas por Roussel ou ainda por Kellerhals. Nas práticas quotidianas (nível que estes autores não mediram), a coesão predominante é polivalente expressiva (44,8%) e a regra de coesão conjugal comporta intenções explícitas de autonomia (26,9%) ou de autonomia relativa (70,5%). Combinam-se aqui algumas características singulares: o peso do nós-casal nas práticas de lazer (traço central do perfil polivalente expressivo, como vimos anteriormente) a par da intenção de preservar espaços de autonomia individual; uma relativa paridade, como no tipo confluyente, em matéria de autonomia pessoal, acentuando-se sobretudo a autonomia feminina; a forte presença de estratégias de delegação do trabalho doméstico associadas à profissão dupla dos cônjuges. A abertura intensa é igualmente o perfil predominante a nível da integração externa. A associação designa, em suma, famílias caracterizadas pela combinação de fusão e de autonomia nas práticas, pelo acento na intenção de autonomia, pela diversidade de formas de construção da autonomia pessoal, pela dupla profissão do casal associada à presença da empregada doméstica e pela abertura social e a integração em sociabilidades diversas. O contraste com a autonomia paralela, estruturada pelas diferenças de género, impõe-se assim de modo evidente.

ORIENTAÇÕES NORMATIVAS E INTERACÇÕES: CUMPLICIDADES

A análise das orientações normativas constitui, para nós, outra porta de entrada no lado de dentro da vida familiar, permitindo-nos olhar para o casal e a família enquanto lugares de construção *nómica*, ou seja, de construção de projectos e de normas que dão sentido às trajectórias conjugais e familiares (Berger e Kellner, 1975; Kellerhals e Troutot, 1987) e à própria dinâmica interna. Em suma, ao direccionar-se o olhar para as orientações normativas da vida familiar, quer-se sobretudo saber que valores e objectivos orientam o grupo¹³: se uma orientação institucional (predominância de finalidades económi-

¹³ Relembramos que, a este propósito, já em 1945 Burgess *et al.* haviam proposto uma distinção ideal-típica entre «instituição» e «companheirismo», termos que Roussel (1980 e 1986) vem, aliás, complexificar ao distinguir quatro modelos normativos de família em função do grau de individualismo e de expressividade veiculado pelo grupo: instituição, aliança, fusão e associação.

cas e estatutárias, normas autoritárias de funcionamento e sujeição às pressões exteriores do meio social) ou uma orientação companheirista (o grupo está, acima de tudo, centrado na satisfação afectiva e relacional dos seus membros e privilegia normas de funcionamento democráticas e igualitárias).

Partindo da ideia de que o sentido atribuído pelos actores sociais à sua vida familiar contribui para a produção dessa mesma vida familiar, procurámos investigar os modelos normativos de conjugalidade. Que diferentes orientações normativas coexistem na sociedade portuguesa? Predominará o companheirismo, com a sua ética da igualdade, o seu senso do privado, a sua vocação relacional? Qual o peso do casamento como instituição perene, sexualmente diferenciada e fortemente reguladora dos direitos e deveres individuais? Com efeito, a adesão a valores do casamento instituição ou a valores de matriz companheirista é, com certeza, cúmplice das maneiras de interagir na família, e vice-versa¹⁴.

A fim de aferir o peso de umas e de outras normas nas orientações das mulheres inquiridas, construímos uma escala de valores que nos permitiu identificar diferentes intensidades de adesão aos valores do casamento instituição¹⁵ e do companheirismo¹⁶. Se num extremo da escala temos a «instituição forte» e no outro o «companheirismo forte», são, entretanto, vários os perfis que, do ponto de vista empírico, podem observar-se¹⁷ (quadro n.º 5).

¹⁴ Podia indagar-se se são as práticas que determinam a construção de sentido ou se é o sentido que produz as formas de interagir. Sem querer entrar em discussões laterais à nossa análise, parece-nos ser de sustentar uma relação de dupla estruturação entre os dois níveis da realidade, proposição que ganha solidez ao apelarmos para os conceitos de *habitus* (Bourdieu, 1983) ou de rotinização da vida quotidiana (Giddens, 1993). Assim, a possibilidade de fazer algo de determinada forma e o modo como se interpretam (se dá sentido) essas práticas constituem duas faces da mesma realidade.

¹⁵ Os valores institucionais foram aferidos através das seguintes categorias de resposta: a importância do sentimento de respeito no casamento, a aceitação da perenidade do casamento, o acento na desigualdade ideal e situada na divisão do trabalho doméstico e profissional, a pouca importância da comunicação conjugal, a ideia de regulação externa do comportamento privado (a pressão social para casar sentida no início da conjugalidade).

¹⁶ Relativamente ao companheirismo utilizámos como categorias de identificação a importância do sentimento de relação no casamento, a aceitação da dissolubilidade do casamento, o acento na igualdade ideal e situada na divisão do trabalho doméstico e profissional, a importância da intensidade da comunicação e a ausência de sentimento de pressão social para casar.

¹⁷ Os diferentes perfis de orientação foram obtidos através dos seguintes procedimentos estatísticos. Num primeiro momento construímos um «índice de instituição» e um «índice de companheirismo», somando as respostas correspondentes a cada ideal-tipo (v. notas 15 e 16). Num segundo momento efectuámos uma análise de *clusters* hierárquica, utilizando o método Ward, sobre os referidos índices. Em seguida utilizámos o procedimento de classificação *quick cluster*, que permite otimizar a classificação dos sujeitos obtida através do *cluster* hierárquico. Estes procedimentos permitiram-nos diferenciar a amostra em cinco grupos, de acordo com as médias obtidas para as respostas no quadrante institucional e no quadrante companheirismo.

Perfis de orientação conjugal
(n=1776)

[QUADRO N.º 5]

Indicadores de «instituição» e de «companheirismo»	Todas as famílias	Instituição forte	Instituição	Aliança	Companheirismo	Companheirismo forte
		13,1	18,4	27,0	27,0	14,5
Sentimento procurado na conjugalidade (<i>cc</i> = ,45)*						
Respeito pelos direitos e deveres	52,1	79,4	69,4	61,8	45,4	–
A relação com o outro	47,9	20,6	30,6	38,2	54,6	100,0
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Posição face ao divórcio (<i>cc</i> = ,46)*						
Negação absoluta	15,7	45,9	19,0	16,9	5,9	–
Muito difícil	16,4	32,0	26,6	19,7	7,4	–
Necessário	51,1	13,9	41,3	46,3	66,9	76,7
Melhor solução	16,8	8,2	13,1	17,1	19,7	23,3
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de comunicação conjugal procurada (<i>cc</i> = ,38)*						
Muito intensa	76,2	43,3	60,2	77,5	88,9	100,0
Pouco intensa	23,8	56,7	39,8	22,5	11,1	–
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norma situada (a) de divisão do trabalho doméstico (<i>cc</i> = ,49)*						
Poupar o marido	34,3	81,1	58,2	34,1	13,8	–
Ajuda do marido	47,8	15,0	33,8	49,1	63,3	64,0
Igualdade	17,9	3,9	8,0	16,8	22,9	36,0
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norma ideal de divisão do trabalho doméstico (<i>cc</i> = ,48)*						
Mulher faz tudo	1,5	5,2	2,8	1,3	–	–
Ajuda do marido	27,8	71,2	49,2	25,9	9,0	–
Igualdade	70,6	23,6	48,0	72,8	91,0	100,0
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norma ideal de divisão do trabalho profissional (<i>cc</i> = ,44)*						
Ganha-pão masculino	6,1	19,7	7,3	5,5	2,7	–
Ajuda da mulher	16,0	45,9	28,1	13,0	4,6	–
Igualdade (dupla profissão)	77,9	34,3	64,5	81,6	92,7	100,0
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pressão social sentida no início da união (<i>cc</i> = ,30)*						
Pressão para casar (fazer como as outras)	49,8	69,1	61,7	56,0	39,8	24,4
Ausência de pressão	50,2	30,9	38,3	44,0	60,0	75,6
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Chama-se a atenção para a distinção entre «norma situada» e «norma ideal»: no primeiro nível de análise questionámos as mulheres a propósito do que procuram concretizar na sua própria vida (que pode ser algo bastante distante das práticas efectivas), enquanto no segundo nível indagámos sobre o que a mulher acha desejável em abstracto, independentemente de o procurar para si.

* $p < ,000$.

O perfil de orientação conjugal «instituição forte» abrange 13,1% das famílias pesquisadas, caracterizando-se pela sensibilidade, no início da conjugalidade, à pressão social exterior para casar, pelo respeito pelos deveres do casamento, pelo acento na perenidade, pela pouca intensidade da comunicação com o cônjuge e por normas de desigualdade tanto no que se procura concretizar como no ideal abstracto. Outro perfil formalmente muito semelhante é a «instituição», que se apresenta, contudo, de forma mais atenuada e abarca 18,4% dos casos. Tal percentagem perfaz, em conjunto com o tipo «instituição forte», cerca de um terço de casos da amostra, facto em si demonstrativo do peso que as visões mais institucionais da conjugalidade assumem na sociedade portuguesa contemporânea.

Por seu lado, a «aliança», modelo próximo da «família aliança» proposta por Roussel (1986), encontra-se no meio termo entre a instituição e o companheirismo. Repare-se que alguns traços são semelhantes aos da conjugalidade «instituição» (o sentimento de respeito, o divórcio muito difícil, o sentir da pressão social) e que outros se enquadram numa lógica companheirista (a intensidade da comunicação e a adesão a uma norma de igualdade de género sobretudo ao nível ideal). Estes 27% de mulheres patenteiam, assim, valores ora mais tradicionais, ora mais modernistas, sendo de frisar o impacto, na sociedade portuguesa, do ideal igualitário enquanto instrumento de modernização dos valores associados à conjugalidade, pois, se outros aspectos podem quedar-se mais pelo lado do modelo de «casamento instituição», a igualdade no trabalho (profissional e também doméstico) é legítima, como norma ideal, para a maioria das mulheres.

Os restantes dois perfis são, *grosso modo*, «companheiristas», representando, assim, 41,5% das inquiridas. Se encontramos aqui um modelo de companheirismo mais forte e outro mais atenuado, ambos se direccionam para a ausência de um sentido de pressão social, para um laço conjugal que privilegia a relação, para a aceitação fácil do divórcio, para a procura de comunicação intensa e para a igualdade como norma, tanto desejada como procurada. Sem dúvida, as respostas que aqui surgem sobre-representadas e associadas entre si contrastam com a sólida institucionalidade anteriormente retratada, dando muito claramente corpo a uma tendência para a desinstitucionalização da conjugalidade na sociedade portuguesa.

Se as diferentes orientações normativas que encontramos, num *continuum* da instituição forte ao companheirismo forte, dão bem conta da pluralidade de valores familiares que atravessa a sociedade portuguesa contemporânea, importa perceber como se articulam estes valores a dinâmicas de interacção específicas. Com efeito, são duas as tendências centrais que devemos ressaltar (quadro n.º 6).

De um lado, as dinâmicas de tipo paralelo, paralelo familiar e bastião ligam-se a orientações institucionais (instituição e instituição forte) ou aliança,

articulações que crescem assim de sentido «nómico» as diferenciações de género vividas na prática. Se em dois destes perfis de interacção existe autonomia, ela alimenta-se precisamente do espaço que a diferenciação de género propicia num quadro tradicional de família: a cada um as suas competências e os seus espaços.

Tipos de interacção segundo a orientação conjugal
(n=1776)

[QUADRO N.º 6]

	Todas as famílias	Instituição forte	Instituição	Aliança	Companheirismo	Companheirismo forte
Paralela	14,8	24,9	19,4	15,9	8,6	9,7
Paralela familiar	21,7	25,8	22,6	23,6	22,3	12,0
Bastião	19,7	19,7	22,6	20,3	21,1	12,4
Fusão aberta	16,3	13,3	11,9	16,9	17,7	20,9
Confluente	12,4	7,7	11,0	11,3	15,3	15,1
Associativa	15,1	8,6	12,5	12,0	15,0	29,9
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2=127,80$; $DF=20$; $p < ,000$ (cc = ,26).

Do outro lado, verificamos que as dinâmicas de tipo confluyente, fusão aberta e associação se vinculam, em matéria de orientações normativas, ao companheirismo ou mesmo ao companheirismo forte (nos dois últimos casos). Existe, assim, também uma correspondência entre a maior igualdade vivida nas práticas e os valores da paridade conjugal, paridade que, aliás, se funda numa visão da conjugalidade mais como relação do que como instituição. A esta orientação para a relação não é, com certeza, alheia a maior pluralidade interna e a maior abertura existente no campo das interacções.

CONTEXTOS E TEMPOS SOCIAIS

Feita a descrição dos principais tipos de família, iremos ver seguidamente em que medida estes se associam a contextos e a tempos sociais diferentes.

CAPITAIS ESCOLARES E POSIÇÕES DE CLASSE

Uma das hipóteses de que partimos é a de que as diferentes formas de interacção conjugal se distribuem desigualmente pela estrutura social, pois as diferentes posições em matéria de capitais escolares e sócio-profissionais delimitam um campo de possibilidades objectivas para a construção da dinâmica familiar, mesmo que concedamos uma «autonomia relativa» à famí-

lia, por contraponto a um determinismo de classe absoluto. Aliás, a variação das formas de conjugalidade está comprovadamente associada à desigualdade de situações de classe. Kellerhals *et al.* (1982) observaram, por exemplo, que a fusionalidade conjugal (como norma descritiva do casal) aparecia sobrerrepresentada nos meios populares, ao passo que o acento na autonomia individual se encontrava situado em sectores melhor providos de recursos profissionais e escolares. Também Torres (2000, p. 657) constatou, *grosso modo*, entre os casais portugueses da Área Metropolitana de Lisboa a tendência para a fusionalidade entre os meios operários e os sectores intermédios e para a autonomia entre os quadros superiores. Resultados idênticos são ainda visíveis na pesquisa efectuada por Santos (1995, p. 86) numa cidade do interior do país (a Covilhã); analisando a semântica da conjugalidade, a autora confirma a associação da fusão ao operariado e da autonomia a grupos com escolaridades superiores.

Ora, se o cruzamento entre o nível de escolaridade da mulher ou a classe social do casal e as diferentes formas de interacção nos revela uma realidade algo semelhante (quadros n.^{os} 7 e 8), há, contudo, algumas outras tendências que acrescentam novas colorações aos resultados acima comentados, pois, como veremos, existem igualmente formas de interacção com base na autonomia entre os sectores com menos capitais escolares e profissionais.

Tipos de interacção segundo a escolaridade da mulher
(n=1776)

[QUADRO N.º 7]

	Todas as famílias	Sem escolaridade	Primário	Preparatório/básico	Secundário	Curso médio, licenciatura incompleta	Licenciatura completa ou grau superior
Paralela	14,8	29,5	17,0	12,3	16,1	5,9	8,6
Paralela familiar	21,7	21,8	28,4	19,6	9,5	17,8	14,0
Bastião	19,7	28,2	21,5	23,0	14,1	6,9	3,2
Fusão aberta	16,3	14,1	13,5	19,0	19,1	16,8	16,1
Confluente	12,4	1,3	12,0	13,8	14,1	13,0	11,9
Associativa	15,1	5,1	7,6	12,3	27,1	39,6	46,2
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 258,66; DF = 25; p < ,000 (cc = ,36).$$

É, de facto, entre as mulheres com escolaridades secundárias e sobretudo superiores que as dinâmicas associativas surgem sobrerrepresentadas, sendo até ao ensino básico que, pelo contrário, se evidenciam as famílias de tipo bastião — fusionais e fechadas. Contudo, se estes resultados demonstram a associação entre capitais escolares elevados e autonomia associativa e a ar-

ticulação entre fusão fechada e baixos recursos académicos, outros matizes há que devem ser observados. É de notar, por exemplo, que entre as mulheres sem escolaridade ou com o ensino primário se encontra outra forma de autonomia mais «tradicional» — a dinâmica paralela — que, embora estruturada em grande medida pelas diferenças de papéis de género, não deixa de ser autonomia tanto nas práticas como no plano das intenções. Aliás, também a dinâmica paralela familiar, grandemente construída pela separação conjugal das práticas, se associa às mulheres com escolaridade primária. Por seu lado, as dinâmicas fusão aberta ou confluyente, que implicam uma partilha conjugal das tarefas domésticas, aparecem acima da média entre as mulheres com o básico ou o secundário.

As desigualdades de níveis de escolaridade constituem, assim, um indicador central das diferenciações observadas na sociedade portuguesa (Machado e Costa, 1998, pp. 24-28), distinções que encontramos também a nível da estrutura sócio-profissional, ou seja, da estrutura de classes. Podemos efectivamente delinear três tendências de acordo com as posições de classe dos casais.

Tipos de interacção segundo a classe social do casal
(n=1729)

[QUADRO N.º 8]

	Todas as famílias	ED (a)	PIC	PTEI	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI
Paralela	14,8	2,5	9,0	11,2	14,0	16,5	13,8	15,9	15,7	18,8
Paralela familiar	21,7	10,0	12,4	14,9	23,7	30,8	19,5	27,0	17,3	31,3
Bastião	19,7	5,0	5,6	8,2	23,7	30,8	16,7	25,7	19,7	23,4
Fusão aberta	16,3	17,5	23,6	18,5	14,8	12,1	17,1	14,9	18,5	17,2
Confluyente	12,4	10,0	10,1	14,4	12,1	6,6	16,3	11,6	15,7	6,3
Associativa	15,1	55,0	39,3	32,8	11,7	3,2	16,6	4,9	13,1	3,0
<i>Total</i>	100,0	100,0	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2=255,96$; $DF=40$; $p<,001$ ($cc=,36$).

(a) Empresários e dirigentes (ED); profissões intelectuais e científicas (PIC); profissões técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI); independentes e pequenos patrões (IPP); camponeses (C); empregados executantes (EE); operários industriais (OI); empregados executantes + operários industriais (EE + OI); assalariados agrícolas + operários industriais (AA + OI).

Por um lado, verificamos que tanto as dinâmicas paralela e paralela familiar — portadoras de alguma margem de autonomia «tradicional» — como a dinâmica bastião — fusional e fechada — se associam aos meios camponeses e operários, constatando-se assim o peso que assumem entre estes sectores quer as formas de autonomia construída pelas divisões de género, quer a fusão não igualitária e mais fechada ao exterior. Por outro lado, comprovamos que as dinâmicas associativas são mais marcadas entre

os grupos com maiores qualificações profissionais: os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e de enquadramento intermédio. Reafirma-se deste modo a relação entre capitais elevados e autonomia conjugal no sentido associativo «modernista». Finalmente, encontramos uma sobre-representação das dinâmicas fusão aberta ou confluyente sobretudo entre os sectores intermédios e executantes do terciário: as profissões técnicas e de enquadramento intermédio, os empregados executantes ou ainda os empregados executantes casados com operários industriais. Do ponto de vista das posições de classe, parece haver alguma proximidade social entre estes dois últimos tipos, talvez porque ambos partilhem como características comuns a divisão conjugal das tarefas, a regra fusional e a abertura ao exterior, ressaltando-se as diferenças encontradas ao nível das práticas de coesão — o tipo fusão aberta é muito fusional, ao passo que o confluyente comporta no seu interior vários subgrupos, incluindo práticas separadas de cada um dos cônjuges.

O ANO DE ENTRADA NA CONJUGALIDADE

Uma segunda hipótese em análise prende-se com o impacto do «tempo» sobre a vida familiar. Exploramos esta questão a partir do ano de entrada na conjugalidade, variável que traz à cena o tempo social de organização da vida conjugal (os anos 70, 80 ou 90), colocando em acção as mudanças que ocorreram em Portugal nas últimas três décadas¹⁸. Período, afinal, em que as mulheres inquiridas fizeram as suas trajectórias de vida.

Vejamus qual o impacto do ano de entrada na conjugalidade (quadro n.º 9).

Tipos de interacção segundo o ano de entrada na conjugalidade
(n=1776)

[QUADRO N.º 9]

	Todas as famílias	Até 1979	1980-1989	1990-1999
Paralela	14,8	14,9	14,4	16,6
Paralela familiar	21,7	25,1	20,9	16,6
Bastião	19,7	16,7	20,8	22,1
Fusão aberta	16,3	15,7	16,5	17,1
Confluyente	12,4	14,2	12,0	9,4
Associativa	15,1	13,4	15,4	18,2
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 14,59$; $DF = 10$; $p < ,05$ ($cc = ,10$).

¹⁸ É preciso não esquecer que a vida familiar sofreu o impacto de transformações profundas operadas a nível dos comportamentos demográficos (Canço, 1996; Roussel, 1992) com a queda da natalidade (Almeida *et al.*, 1995) e da dimensão média das famílias e a

Embora a associação não seja globalmente muito forte, pois, segundo o coeficiente de contingência, o ano de entrada na conjugalidade explica apenas 10% da variação das dinâmicas familiares, encontramos algumas associações significativas. As dinâmicas de tipo fusional (bastião, fusão aberta) são ligeiramente mais frequentes entre as mulheres que entraram na conjugalidade já nos anos 90. Pelo contrário, as famílias paralela familiar e confluyente tendem a surgir sobrerrepresentadas quando se entrou na conjugalidade ainda nos anos 70. Um terceiro aspecto a reter prende-se com o padrão de variação das dinâmicas associativas, pois verificamos uma certa tendência para o seu aumento à medida que se vai avançando no ano de entrada na vida a dois.

Se as últimas três décadas serviram de palco a movimentos tendenciais para a fusão ou a associação na conjugalidade, podemos, a fim de melhor divisarmos o efeito do momento histórico de formação do casal sobre a sua dinâmica interna, procurar saber se houve, ou não, padrões de mudança diferenciados consoante o meio social. Na medida em que a pertença de classe tem, como tivemos oportunidade de verificar, um impacto decisivo sobre a vida interna da família, podemos facilmente presumir que as mudanças ocorridas no campo das interações assumem formatos diferentes consoante a sua ancoragem social.

Neste sentido, o cruzamento entre o ano de entrada na conjugalidade e os tipos de interação por classe social permitiu-nos aferir com maior minúcia os efeitos da mudança social das últimas décadas sobre a vida conjugal e familiar (quadro n.º 10). Repare-se, aliás, que a associação estatística entre os tipos de interação e o ano de entrada na conjugalidade se reforça quando se chama à análise a classe social do casal: os valores do coeficiente de contingência passam a ser de 0,19 e de 0,18 quando observamos, respectivamente, o grupo formado pelos empresários e dirigentes, pelas profissões intelectuais e científicas e pelas profissões técnicas e de enquadramento intermédio e o grupo constituído pelos camponeses, pelos operários industriais e pelos assalariados agrícolas casados entre si ou com operários industriais. Este valor é, como vimos, apenas de 0,10 quando o cruzamento engloba toda a população inquirida.

Com efeito, ao observarmos o impacto do ano de entrada na conjugalidade sobre o conjunto formado pelos grupos mais qualificados, notamos, à medida que se avança no tempo, o aumento do tipo associativo e o decréscimo quer do tipo paralelo familiar, quer do tipo fusão aberta. Notamos também uma ligeira sobrerrepresentação do tipo confluyente, cujo perfil é polivalente, em termos de práticas de coesão, entre os casais que começaram a sua vida a dois na década de 80. Todavia, dos anos 70 para os anos 90, aumenta sobretudo a autonomia «moderna», em que se vislumbra a construção

consequente conjugalização da vida familiar (Wall, 1998), com o aumento do divórcio (Torres, 1996) ou da coabitação informal. É igualmente de referir o aumento verificado a nível do trabalho profissional feminino ou o impacto de mudanças relativamente às políticas sociais de apoio à família. Para um resumo das principais transformações da vida familiar, v. Almeida e Wall (1995) e Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall (1998).

de espaços múltiplos — o individual, o nós-casal, o nós-família — e onde as desigualdades entre homem e mulher surgem relativamente mitigadas pela delegação do trabalho doméstico. Diminuem, por um lado, formas de vida conjugal estruturadas por diferenças de género marcadas e, por outro, formas fusionais onde tanto as práticas como as normas sublinham o «nós».

Tipos de interacção segundo o ano de entrada na conjugalidade
por classe social

[QUADRO N.º 10]

	ED, PIC, PTEI (n = 324) (a)				C, OI, AA+OI (n = 544) (b)			
	Todas as famílias	Até 1979	1980-1989	1990-1999 (c)	Todas as famílias	Até 1979	1980-1989	1990-1999 (c)
Paralela	9,6	9,3	9,1	13,3	16,4	19,1	14,6	18,5
Paralela familiar	13,6	20,0	11,4	13,3	28,1	34,0	27,1	16,7
Bastião	7,1	5,3	7,8	6,7	26,3	22,2	29,0	22,0
Fusão aberta	19,8	24,0	18,7	16,7	14,7	9,3	16,5	20,4
Confluente	12,6	12,0	14,6	0,0	10,1	11,1	9,1	13,0
Associativa	37,3	29,3	38,4	50,0	4,4	4,3	3,7	9,3
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) $\chi^2=12,07$; $DF=10$; $p < ,05$ ($cc = ,19$).

(b) $\chi^2=17,69$; $DF=10$; $p < ,05$ ($cc = ,18$).

(c) É de notar que a análise dos tipos de interacção entre a população que entrou na conjugalidade nos anos 90 e pertence ao grupo formado pelos empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e de enquadramento intermédio não nos permite com segurança retirar conclusões, uma vez que contabilizamos, nos anos 90, somente 30 casos com estas características na amostra inquirida.

Ao observarmos, por seu lado, os grupos camponeses e operários, também relativamente homogéneos do ponto de vista das dinâmicas internas preferenciais, encontramos um padrão diferente do anterior. As tendências mais significativas prendem-se com a diminuição do tipo paralelo familiar e com o aumento do tipo fusão aberta.

Em suma, se verificamos uma tendência global para o decréscimo, a partir dos anos 80, de dinâmicas de perfil paralelo familiar, a tendência de aumento faz-se em sentidos diversos. Entre os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas e de enquadramento intermédio regista-se o crescimento das dinâmicas associativas, ao passo que entre os camponeses e os operários se verifica o aumento das dinâmicas fusionais, com destaque para o tipo fusão aberta, onde sobressai a relativa igualdade de género no que toca ao trabalho doméstico¹⁹.

¹⁹ A tendência para uma viragem direccionada para a fusão, como contraponto à separação tradicional, foi, aliás, notada por Wall (1998) entre os camponeses do Baixo Minho nos anos 80.

O efeito do tempo social torna-se, assim, mais claro quando o percebemos em cada contexto social específico. Deste ponto de vista, o movimento tendencial para formas de fusão ou para a associação é, muito provavelmente, uma manifestação do impacto das mudanças ocorridas em Portugal, mas ancorado em contextos sociais diferentes.

CONCLUSÃO

À laia de retrospectiva, importa reter alguns aspectos que nos parecem centrais. Referimo-nos, nomeadamente, à diversidade dos tipos de interacção familiar, às determinações de classe que actuam sobre essas mesmas interacções e às tendências de mudança que ocorreram no «lado de dentro» da vida conjugal e familiar.

O recurso a uma análise extensiva da vida familiar, como a que aqui efectuámos, permitiu-nos obter uma visão global do que se passa dentro da família conjugal com filhos no Portugal contemporâneo, preenchendo, assim, uma certa ausência de informação sobre o tema, ainda pouco explorado pela sociologia da família portuguesa. Comprovando a diversidade das formas de interagir na vida conjugal²⁰, os resultados a que chegámos permitiram-nos identificar seis tipos de interacção familiar: o tipo «paralelo», caracterizado por uma autonomia desejada e sexualmente diferenciada e por fechamento ao exterior; o tipo «paralelo familiar», que alia o domínio de práticas separadas a uma ténue fusão familiar, a divisões de género assinaláveis, a intenções fusionais e a uma abertura média ao exterior; o tipo «bastião», fusional, fechado e marcado por papéis de género diferenciados; o tipo «fusão aberta», onde a fusão é forte, a divisão de papéis é relativamente igualitária e a integração externa é permeável a diversas saídas e convívios; o tipo «confluente», caracterizado por práticas polivalentes ligadas a uma regra fusional, por papéis de género pouco diferenciados e por abertura forte; finalmente, o tipo «associativo», que conjuga práticas polivalentes expressivas, intenções explícitas de autonomia, papéis de género pouco diferenciados (sobretudo a nível do trabalho profissional) e abertura forte ao exterior.

Uma segunda constatação prende-se com a inexistência de tipos dominantes. Não podemos efectivamente afirmar que um determinado tipo de funcionamento familiar tenha muito maior peso do que outro: a distribuição que encontramos é relativamente equilibrada. A vantagem numérica dos tipos

²⁰ Esta constatação alinha quer com os resultados obtidos por Torres (2000) através de um conjunto de entrevistas a casais residentes na Área Metropolitana de Lisboa, em que esta identificou três formas de conjugalidade — instituição, fusão e associação —, quer com os resultados extensivos da equipa suíça (Kellerhals *et al.*, 2000).

paralelo familiar (21,7%) ou bastião (19,7%) retrata somente uma distância pequena face aos restantes. Daí que a proporcionalidade da diversidade identificada seja uma das principais conclusões que devemos retirar desta análise. Note-se, no entanto, que os tipos centrados na autonomia como regra de interacção são minoritários.

Uma terceira constatação que merece atenção funda-se na descoberta de diferentes modos de se ser autónomo ou de se ser fusional. Se olharmos para os diferentes tipos de família através das categorias analíticas fusão e autonomia, largamente utilizadas na análise das interacções para destrinçar o jogo de cumplicidades entre o «eu» e o «nós», deparamo-nos com maneiras muito distintas de fabricar essas mesmas fusão e autonomia.

No que respeita à autonomia declarada, é forçoso falar de duas formas bastante diferentes de a construir, formas que, aliás, têm um peso percentual semelhante (cerca de 15%). De um lado, descobrimos uma autonomia a que chamámos «tradicional», por se produzir através das diferenças de género no casal e ganhar sedimento num quadro bastante institucional, conforme o demonstrou a associação verificada com os valores do casamento instituição. O tipo paralelo corporifica esta forma de autonomia, desejada pela mulher, mas fortemente desigual no que toca ao género, tanto em matéria de trabalho como de integração externa. Em suma, se aqui não encontramos a autonomia modernista, tão-pouco podemos falar de fusão conjugal. Contudo, se pensarmos numa concepção mais alargada de autonomia, verificamos que conjugalidades fortemente estruturadas pela diferenciação de género comportam e permitem formas de distanciamento face ao nós-casal, evidência que, de resto, alguns estudos qualitativos igualmente atestam (cf., nomeadamente, Wall, 1998, e Cole, 1994). Do outro lado, encontramos realmente traços identificadores da autonomia associativa, mais ou menos conformes ao perfil proposto por autores como Roussel (1980 e 1991). Os condimentos da independência modernista aparecem entre os casais associação através da vontade explícita de autonomia, de práticas múltiplas em que o espaço individual é resguardado e de uma relativa indiferenciação de género (que as estratégias de delegação do trabalho doméstico apoiam em número considerável de casos). O significado sociológico deste conjunto de traços adquire uma acrescida consistência na medida em que se liga a orientações normativas sustentadas por uma visão da conjugalidade como relação, pela aceitação do divórcio e pela forte adesão à ideia de igualdade. É ainda entre os casais associativos que o nós-casal acaba por adquirir maior projecção enquanto subgrupo na vida familiar, fazendo um pouco de contraste com o recorte familiarista que encontramos na maioria das práticas de coesão, pois é normalmente a família nuclear, no seu conjunto, a protagonista das rotinas fusionais.

No que respeita à regra fusional, declarada, aliás, pela maior parte das mulheres inquiridas, existem igualmente diferenças consideráveis quanto às formas de a fabricar. O direccionamento comum para a fusão adquire cambiantes específicos consoante se trate de práticas fusionais ou polivalentes, de papéis de género muito ou pouco diferenciados, de orientações normativas institucionais ou companheiristas. Nesta perspectiva, se analisarmos cada uma das formas de fusão à luz das discussões sobre o movimento de modernização da conjugalidade e da família em direcção a uma maior igualdade de género, a um maior centramento sobre os aspectos relacionais, a uma maior evidência das necessidades individuais, sobressaem duas configurações principais.

Uma primeira configuração é a da fusão institucional. Aliando a vontade de fusão a diferenciações de género fortes e a valores institucionais, abarca os tipos bastião e paralelo familiar. No primeiro caso, as práticas são puramente fusionais, afirmando o predomínio do «nós» (casal e sobretudo família), e o fechamento ao exterior é marcado. O sedimento fusional é, por assim dizer, «parsoniano»: a diferenciação de género, traduzida muitas vezes no modelo de ganha-pão masculino, é a outra face da fusão. Em resumo, esta fusão fortemente interiorizada, dado o fechamento ao exterior, é vivida na e pela diferença de papéis, diferença que é, aliás, veiculada como «dever-ser» do ponto de vista das orientações normativas. No segundo caso, as intenções fusionais não coincidem com as práticas: nestas últimas predomina uma dinâmica de separação conjugal, já que as actividades fusionais da família nuclear são algo escassas. A união fusional com o cônjuge existe assim como desejo enquadrado num casamento de matriz institucional, estabelecendo pouca cumplicidade com o domínio das práticas. Também a abertura média ao exterior se alimenta de actividades que muitas vezes servem para construir, no seio do casal, formas de autonomia pessoal. Todavia, no cômputo global, pensamos que a norma fusional traduz a especificidade deste tipo, distanciando-o notoriamente do tipo paralelo.

Uma segunda configuração normativa é a da fusão companheirista, onde a procura do «nós» se faz acompanhar de papéis de género pouco diferenciados e se orienta para valores modernistas: o acento na relação, a igualdade em casa e na profissão ou a importância da comunicação a dois. Neste quadrante situamos a fusão aberta, dinâmica fundada em práticas tão fusionais quanto o é a regra de coesão, na partilha conjugal das tarefas domésticas e na abertura ao exterior. Aqui a fusão assenta sobre a paridade, puxando o homem para dentro das rotinas domésticas e permitindo assim um modelo de dupla profissão e de partilha conjunta das lides caseiras. A similitude relativa de obrigações e de actividades entre homem e mulher constitui o elemento central desta fusão companheirista. Por seu lado, no seio do tipo confluyente, também ele vinculado a uma matriz companheirista, a atitude fusional dá espaço à existência, nas práticas, de vários subgrupos familiares, expressando a variedade da dinâmica

interna e a convivência entre o estar em casal ou em família e o construir espaços de autonomia pessoal. Estes traços juntam-se a uma diferenciação fraca dos papéis de género, propiciada nomeadamente pela participação masculina nas tarefas domésticas. Aliás, neste caso, o encontro do casal acontece bastante em torno das rotinas instrumentais do dia a dia, já que a partilha conjunta das lides caseiras tem aqui uma importante expressão. O envolvimento doméstico dos dois membros do casal e mesmo dos filhos é, por assim dizer, um factor de confluência, ou, em outros termos, um factor de fusão.

Neste seguimento, se compararmos os tipos cuja matriz de conjugalidade é companheirista — associativo, fusão aberta e confluyente —, verificamos que uma regra fusional tende a propiciar a maior partilha efectiva de tarefas domésticas (uma indiferenciação pela conjugação de esforços), ao passo que uma atitude voltada para a autonomia (no sentido modernista) se associa, no caso das famílias pesquisadas, a um menor envolvimento conjunto do casal nas rotinas domésticas do quotidiano. O distanciamento masculino é antes compensado na terceira pessoa pela empregada doméstica. Podemos, assim, corroborar, sob um novo olhar, a importância do laço produzido pela divisão conjugal do trabalho na construção da coesão conjugal.

Em suma, não encontramos na sociedade portuguesa actual modelos dominantes, mas antes uma pluralidade considerável de formas de viver em casal e em família. Se existem, *grosso modo*, formas mais fusionais ou mais autónomas de vida conjugal, estas revelam a sua especificidade própria pelo formato mais ou menos plural e mais ou menos diferenciado das práticas e por orientações normativas mais institucionais ou mais modernistas, compondo um cenário final bastante matizado.

Esta diversidade de formas de interacção não é, como se pôde constatar, alheia aos contextos sócio-económicos de existência dos casais. A importância das determinações de classe na estruturação das relações familiares, mesmo a par da medida de relativa autonomia que se pode imputar aos comportamentos privados, constitui outra conclusão que deve ser frisada.

Com efeito, a hipótese da cumplicidade entre interacções e capitais sócio-económicos tem sido posta à prova no trabalho sociológico sobre a família, afirmando-se nomeadamente a articulação entre fusão e meios populares e entre autonomia e grupos mais qualificados em termos académicos e profissionais (cf. Kellerhals *et al.*, 1982 e 2000, e Torres, 2000). Ora, a nossa análise, se alinha com estes resultados, acrescenta-lhes, contudo, algumas outras colorações, uma vez que descobre formas de autonomia (desejada como norma) também entre os grupos camponeses e operários. De facto, encontramos três vectores centrais de articulação: a associação entre as dinâmicas paralela, paralela familiar e bastião e os meios camponeses e operários; a conexão entre as dinâmicas fusão aberta e confluyente e os sectores intermédios e executantes do terciário; a articulação entre as dinâmicas associativas e os grupos com maiores capitais escolares e profissionais.

Sem dúvida, as diferenças observadas consoante as posições na estrutura social revelam a força dos contextos de classe na estruturação das formas de funcionamento familiar²¹, muito embora não anulem uma certa margem de autonomia das próprias interações. O determinismo absoluto, de facto, não existe. Por exemplo, casais operários jovens associam-se tanto ao tipo paralelo, caracterizado pela «autonomia tradicional», como ao tipo bastião, marcado pela fusão fechada e sexualmente diferenciada. Do mesmo modo, encontramos entre as profissões técnicas e de enquadramento intermédio uma sobre-representação quer de dinâmicas associativas, quer do tipo fusão aberta. Em suma, o «campo dos possíveis» que a pertença de classe delimita permite, ainda assim, alguma variação no fabrico da dinâmica interna da família, muito embora a força das condições sociais de existência sobre a estruturação da vida familiar seja indiscutível. Aliás, a estreita cumplicidade entre o par classe social e família é uma conexão que deve ser ressaltada.

Outra constatação importante a corroborar a importância dos contextos sócio-económicos de existência reside no carácter de classe das mudanças ocorridas no plano das interações ao longo das últimas três décadas, pois, se ter entrado na conjugalidade em tempos sociais diferentes implica diferentes modos de viver o casal e a família, é dentro de meios sociais específicos que essas mudanças se afirmam com maior nitidez. Se nas últimas três décadas mudanças houve — nos padrões demográficos, nos valores, no emprego feminino — que alteraram indelevelmente o panorama familiar global na sociedade portuguesa, as formas de interação revelam transformações bem ancoradas na estrutura social. Em todos os meios sociais se fez sentir, sobretudo a partir de meados de 80, um decréscimo do tipo paralelo familiar, bastante diferenciado e institucional. Mas a mudança tomou rumos diversos consoante se trate de grupos com mais capitais escolares e profissionais ou de grupos camponeses e operários. No primeiro caso registou-se um acréscimo de formas associativas, enquanto no segundo se verificou uma maior sobre-representação de dinâmicas de tipo fusional.

Neste sentido, tanto a fusão como a associação se manifestam, no presente, como produto de mudanças ocorridas na família, representando ora um movimento tendencial para o casal, ora um movimento tendencial para o indivíduo. Ambos os movimentos — a conjugalização, a individualização — sinalizam, como comentam alguns autores (cf. por exemplo, Elias, 1993, e Giddens, 1992), o distanciamento face a uma matriz de família instituição no seu sentido mais tradicional (representado quase como pré-moderno), assente na diferenciação extrema, na indissolubilidade dos laços familiares, na reprodução do grupo, na fortíssima codificação normativa dos comportamentos. Em ambos os casos se assiste, assim, ao que podemos entender enquanto modernização da vida familiar.

²¹ Note-se que os cruzamentos com a escolaridade e a classe social do casal apresentam valores de associação muito elevados. Em ambos os casos o coeficiente de contingência é de 0,36.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1984), *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- ALMEIDA, A. N., FERREIRA, C., FERRÃO, F., e ANDRÉ, I. (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*, «Cadernos da Condição Feminina», n.º 41, Lisboa, CIDM.
- ALMEIDA, A. N., e WALL, K. (1995), «A família», in E. Sousa Ferreira (org.), *Portugal Hoje*, Lisboa, INA, pp. 31-53.
- ALMEIDA, A. N., GUERREIRO, M. D., LOBO, C., TORRES, A., e WALL, K. (1998), «Relações familiares: mudança e diversidade», in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 45-78.
- ANDRÉ, I. (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana. Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ARIÈS, Ph. (1973), *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.
- BECK, U., e BECK-GERNISHEIM, E. (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- BERGER, P., e KELLNER, H. (1975 [1964]), «Marriage and the construction of the reality», in M. Anderson (org.), *Sociology of the Family — Selected Readings*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 302-323.
- BERTAUX, D. (1978), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes*, Lisboa, Moraes Editores.
- BOURDIEU, P. (1983), «Esboço de uma teoria da prática», in R. Ortiz e F. Fernandes (orgs.), *Pierre Bourdieu*, São Paulo, Ática, pp. 162-189.
- BOURDIEU, P. (1987), *Choses Dites*, Paris, Éd. de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1990), «La domination masculine», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 84, pp. 3-31.
- BURGESS, E. W., LOCKE, H. J., e THOMAS, M. (1945), *The Family from Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book.
- CANÇO, D. (1996), *As Mulheres no Censo de 91*, «Cadernos da Condição Feminina», n.º 45, Lisboa, CIDM.
- CHABAUD-RYCHTER, D., FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. E., e SONTTHONNAX, F. (1985), *Espace et temps du travail domestique*, Paris, Méridiens.
- CHADEU, A., e FOUQUET, A. (1981), «Peut-on mesurer le travail domestique?», in *Economie et statistique*, n.º 136, pp. 29-42.
- CHAUDRON, M. (1991), «Vie de famille, vie de travail», in François de Singly (org.), *La famille, l'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 133-144.
- COENEN-HUTHER, J. (1991), «Le domicile: sphère privée et sphère publique», in *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. XCI, pp. 301-313.
- COLE, S. (1994), *Mulheres da Praia. O Trabalho e a Vida Numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote.
- DURKHEIM, É. (1975 [1921]), «La famille conjugale», in Émile Durkheim, *Textes III*, Paris, Minuit, pp. 35-49.
- ELIAS, N. (1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.
- GIDDENS, A. (1992), *The Transformation of Intimacy*, Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, A. (1993), *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press.
- GLAUDE, M., e SINGLY, F. de (1986), «L'organisation domestique: pouvoir et négociation», in *Economie et statistique*, n.º 187, pp. 3-30.
- KANTOR, D., e LEHR, W. (1975), *Inside the Family: Toward a Theory of Family Process*, São Francisco, Jossey-Bass.
- KAUFMANN, J.-C. (1992), *La trame conjugale, analyse du couple par son linge*, Paris, Nathan.
- KELLERHALS, J. (1987), «Les types d'interaction dans la famille», in *L'Année sociologique*, n.º 37, pp. 153-179.

- KELLERHALS, J., PERRIN, J.-F., STEINAUER-CRESSON, G., VONECHE, L., e WIRTH, G. (1982), *Mariages au quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausana, Éd. Pierre-Marcel Favre.
- KELLERHALS, J., e ROUSSEL, L. (1987), «Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances des recherches (1965-1985)», in *L'Année sociologique*, 37, pp. 15-43.
- KELLERHALS, J., e TROUTOT, P.-Y. (1987), «Milieu social et types de familles: une approche interactive», in *Annales de Vaucresson*, 26, n.º 1, pp. 367-413.
- KELLERHALS, J., TROUTOT, P.-Y., e LAZEGA, E. (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Europa-América.
- KELLERHALS, J., LEVY, R., WIDMER, E., ERNST, M., e HAMMER, R. (2000), *Cohésion, régulation et conflits dans les familles contemporaines*, Rapport final au Fonds National de la Recherche Scientifique, Universités de Genève et de Lausanne.
- MENAHEM, G. (1985), «Trois modes d'organisation domestique selon deux normes familiales font six types de famille», in *Population*, n.º 6, pp. 1005-1033.
- MICHEL, A. (1977), *Femmes, sexisme et sociétés*, Paris, PUF.
- MICHEL, A. (1978), *Sociologie de la famille et du mariage*, Paris, PUF.
- MACHADO, F. L., e COSTA, A. F. da (1998), «Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social», in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- OPPENHEIMER, U. K. (1977), «The sociology of women's economic role in the family», in *American Sociological Review*, 43, pp. 308-406.
- PARSONS, T., e BALES, R. (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, Nova Iorque, The Free Press.
- OLSON, D. H., e MCUBBIN, H. I. (1983), *Families: What Makes them Work?*, Beverly Hill, Sage Publications.
- REISS, D. (1981), *The Family's Construction of Reality*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- ROUSSEL, L. (1980), «Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux», in *Population*, 6, pp. 1025-1040.
- ROUSSEL, L. (1986), «Du pluralisme des modèles familiaux dans les sociétés post-industrielles. Quelques problèmes méthodologiques et théoriques», in AAVV, *Les familles d'aujourd'hui*, Colloque de Genève (17-20 septembre 1984), Genebra, AIDELF, pp. 143-151.
- ROUSSEL, L. (1991), «Les types de familles», in F. de Singly (org.), *La famille. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 83-94.
- ROUSSEL, L. (1992), «La famille en Europe occidentale: différences et convergence», in GREF/AISLEF, *Familles et contextes sociaux*, Actes du Colloque de Lisbonne, Lisboa, CIES, pp. 115-131.
- SANTOS, F. (1995), *Infidelidade Conjugal — Classe Social e Género*, tese de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- SHORTER, E. (1977), *La naissance de la famille moderne*, Paris, Seuil.
- SINGLY, F. de (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan, col. 128.
- TILLY, L. A., e SCOTT, J. W. (1978), *Women, Work and the Family*, Nova Iorque, Hort, Reinhart and Winston.
- TORRES, A. (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- TORRES, A. (2000), *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade. Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- WALL, K. (1998), *Famílias no Campo*, Lisboa, Dom Quixote.
- WALL, K. (coord.) (2000), *Famílias no Portugal Contemporâneo. Relatório Final*, Lisboa, CIES/ISCTE e ICS.
- ZARCA, B. (1990), «La division du travail domestique. Poids du passé et tensions au sein du couple», in *Économie et statistique*, n.º 228, pp. 29-40.